

Conceitos científicos e “eventos privados” como resposta verbal¹

Emmanuel Zagury Tourinho

Universidade Federal do Pará

RESUMO

Conceitos científicos tendem a uma maior precisão em seus usos, diferenciando-se dos conceitos da linguagem ordinária, freqüentemente polissêmicos. Em uma interpretação analítico-comportamental, um conceito é uma resposta verbal, emitida sob controle de estímulos, e conceitos científicos podem ser vistos como respostas verbais sob um controle de estímulo mais restrito. O presente artigo discute o conceito de eventos privados, utilizado por analistas do comportamento na abordagem de alguns temas importantes na Psicologia, como cognições e emoções. Argumenta-se que a resposta verbal, “eventos privados” tem sido emitida sob controle de classes diversas de eventos ou fenômenos, dando origem a controvérsias não solucionadas na literatura analítico-comportamental. Algumas diferenciações possíveis dessas classes de eventos são sugeridas.

Palavras-chave: conceitos científicos; eventos privados; sentimentos.

ABSTRACT

Scientific concepts and “private events” as a verbal response

Scientific concepts usually show higher precision in their use, in contrast to ordinary language concepts, which are often polysemantic. In the light of a behavior-analytic interpretation, a concept is a verbal response, emitted under stimulus control, and scientific concepts may be seen as verbal responses emitted under a more restrictive stimulus control. In this article, I discuss the concept of private events, a concept with which behavior analysts have approached important issues in Psychology, such as cognitions and emotions. I argue that the verbal response “private events” has been emitted under the control of different classes of events or phenomena, giving rise to unsolved controversies in behavior-analytic literature. I also propose some possible differentiations of those classes of events.

Keywords: scientific concepts; private events; feelings.

Conceitos da linguagem ordinária são freqüentemente polissêmicos, isto é, são respostas verbais emitidas sob controle de aspectos variados do ambiente com o qual uma comunidade verbal interage. Conceitos científicos, de modo diferente, tendem a ser respostas verbais emitidas sob um controle mais restrito de estímulos, podendo ser assim menos ambíguos do que os termos da linguagem que as pessoas usam nas suas interações cotidianas umas com as outras. “Termos técnico-científicos transmitem conceitos próprios do conhecimento científico, técnico, tecnológico, jurídico, entre outros domínios. Daí porque se pode fazer referência à terminologia da química, da biologia, da lingüística, além de muitas outras” (Krieger, 2006, p. 45).

A existência de um vocabulário próprio da ciência tem justificado uma disciplina que o toma por objeto próprio, a “terminologia”, ou o “estudo do vocabulário

das áreas técnicas e científicas” (Barros, 2006, p. 22). Krieger (2006) aponta que o avanço das ciências tem representado tanto o refinamento de suas terminologias quanto a relevância de uma disciplina que as toma por objeto:

O século XX é o cenário maior de grande desenvolvimento e consolidação da terminologia, quer como instrumental lingüístico a serviço da comunicação profissional, quer como campo de conhecimento. O crescimento desse componente lingüístico, denominado de léxico especializado, está diretamente relacionado à exponencial ampliação do conhecimento científico e da produção tecnológica, uma das mais marcantes características do final do milênio. Em conseqüência, novos termos surgem e se multiplicam para ‘batizar’ as inovações que surgem cotidianamente. (p. 46)

A referência ao “termo” parece servir para enfatizar e colocar sob análise o componente verbal dos conceitos científicos. Com seus termos próprios, as ciências buscam “fugir da ambigüidade própria das palavras” (Krieger, p. 46) e, ao assim procederem, expandem o “universo lingüístico” das culturas de modos únicos. Biderman (2006) comenta esse aspecto assinalando que uma questão importante é

a expansão do universo cognoscível na contemporaneidade em virtude da ampliação *ad infinitum* desse universo, propiciada e provocada pelas mudanças contínuas emanadas das ciências e das técnicas. Estamos falando da explosão do léxico nas modernas culturas e civilizações, gerando um *motu* contínuo de neologismos designadores de novos conceitos que se vão formando e criando. À medida que fabrica novas realidades, o homem cria novas palavras em um processo incessante. E o léxico vai assumindo dimensões gigantescas sendo praticamente impossível registrá-lo e descrevê-lo por meio de um dicionário. (p. 35)

Podemos pensar na expansão dos vocabulários das ciências, à luz de uma concepção funcional do comportamento verbal (Skinner, 1957/1992; Wittgenstein, 1953/1988), de acordo com a qual um conceito científico é uma resposta verbal emitida por uma comunidade de cientistas, sob controle de propriedades específicas compartilhadas por (sub)classes de eventos. Seu significado deve, portanto, ser buscado nesse domínio. “Uma resposta verbal ‘significa’ algo no sentido de que o falante está sob controle de circunstâncias particulares” (Skinner, 1977, p. 8) e isso vale (também) para as respostas verbais científicas. Nessa mesma linha, a proposição de novos conceitos pode ser examinada como um processo de diferenciação crescente (sob a forma de um responder verbal) de parcelas da realidade das quais os cientistas se ocupam. Quando, por exemplo, os psicólogos comportamentais começaram a falar de reflexos *condicionados* e *incondicionados* estavam assim estabelecendo uma diferenciação entre membros de uma classe de eventos, com base em uma dimensão do fenômeno comportamental até então ignorada; quando a distinção entre respondentes e operantes foi estabelecida (cf. Skinner, 1938/1991), uma diferenciação adicional estava em curso. Novos conceitos representam, desse ponto de vista, um responder sob controle de dimensões dos fenômenos até então indiferenciadas para o cientista.

A proposição e uso de um termo científico, porém, nem sempre significa que os membros de uma comunidade verbal científica estão operando com o mesmo tipo e um mesmo grau de diferenciação de uma classe de eventos (isto é, que estão operando com o mesmo conceito). Por exemplo, o próprio termo “comportamento” constitui uma resposta verbal emitida por analistas do comportamento, ora sob controle de respostas dos organismos, ora sob controle de relações comportamentais. Para S. C. Hayes e L. J. Hayes (1992) esses dois usos do termo comportamento, isto é, esses dois conceitos de comportamento, seriam ainda correntes e teriam iniciado com Skinner, no livro *The Behavior of Organisms* (Skinner, 1938/1991). Dizem eles:

A definição mecânica, na tradição de Watson, trata o comportamento como um fenômeno organísmico, situado em ambientes compostos de coisas e eventos, conceitualizados como existindo independentemente do próprio comportamento. De acordo com essa visão, Skinner definiu comportamento como “o movimento de um organismo ou de suas partes em uma estrutura ou referência provida pelo próprio organismo ou por vários objetos externos ou campos de força” (...) Quando o comportamento é definido como movimento desta forma, mudanças nas condições de sua ocorrência ou “estrutura de referência” podem mudar a ocorrência do comportamento ou sua probabilidade, mas elas não mudam o comportamento per se.

Em 1938, Skinner também definiu comportamento como uma interação entre o organismo e o seu ambiente, implicando que o comportamento e o ambiente constituam um fenômeno unitário. Nas palavras de Skinner, comportamento é “o funcionamento de um organismo que está engajado em atuar sobre ou ter comércio com o mundo externo” (...) Nesta perspectiva, o comportamento muda a sua natureza quando suas circunstâncias de ocorrência mudam, porque o comportamento e estas circunstâncias são dois aspectos de um único evento. (p. 228)

Quando um conceito científico é usado sob controle de eventos ou propriedades de eventos diferentes, proposições não coincidentes e por vezes conflitantes tornam-se possíveis. Por exemplo, “o comportamento humano pode ser público ou privado” e “do comportamento de resolver problemas podem participar eventos públicos e eventos privados” constituem asserções sob controle de classes de eventos não coincidentes.

Em uma discussão mais recente acerca dos usos do conceito de “comportamento” (enquanto relação) por psicólogos, especialmente behavioristas, Ribes-Iñesta (2004) aborda um outro aspecto: o fato de que um conceito, como resposta verbal, não descreve essências de uma parcela qualquer da realidade:

O termo “comportamento” não se refere a ocorrências ou eventos particulares, para os quais pode-se apontar diretamente. O comportamento não pode ser ostensivamente apontado ou diretamente visto. O comportamento, como um conceito psicológico, tem sempre referido uma pessoa ou um outro organismo específico ... O comportamento, como um conceito, é uma abstração dos movimentos, ações e efeitos dos fazeres e dizeres de uma pessoa em contexto. (p. 63-64)

Uma comunidade científica pode trabalhar produtivamente com um universo conceitual, mesmo quando ele começa a revelar certa imprecisão. Isso acontece quando um tipo de diferenciação entre eventos de uma mesma classe mostra-se possível e/ou relevante, mas não é crucial para o prosseguimento da pesquisa, e ainda respondemos verbalmente de modo indiferenciado a esses eventos.

Em outras circunstâncias, torna-se indispensável o refinamento conceitual de um sistema explicativo, como meio de trazer à investigação novas dimensões do objeto de estudos. Nesses casos, enquanto tal refinamento não vem, podemos ser confrontados com debates que não funcionam para impulsionar a pesquisa em determinada área. Toda inovação conceitual (por exemplo, a distinção respondente/operante, a definição dos esquemas de reforço, a especificação de funções de estímulos etc.) em alguma medida constitui uma resposta a diferenciações adicionais das classes de eventos de que se ocupa uma ciência. É possível fazer, aqui, um paralelo com a análise de Kuhn (1978) acerca do desenvolvimento das ciências, de acordo com a qual novos paradigmas vêm a ser aceitos quando não é mais possível acomodar no sistema explicativo vigente as evidências produzidas sob a sua inspiração. Todavia, a análise de Kuhn focaliza principalmente as condições de estabilidade (a “ciência normal”) e de mudanças paradigmáticas nas ciências (as “revoluções científicas”). Na presente discussão, o que está sendo referido é mais especificamente o avanço conceitual no curso de evolução de um mesmo sistema explicativo.

O presente artigo discute um conceito analítico-comportamental em particular, o conceito de *eventos privados*. Em linhas gerais, sugere-se que tal conceito

remete a classes de eventos que precisam ser especificadas, com o objetivo de solucionar impasses e favorecer o desenvolvimento da pesquisa.

A resposta verbal “eventos privados”

O conceito de eventos privados foi introduzido por Skinner (1945) em um contexto de análise dos chamados “termos psicológicos”. Com o conceito de eventos privados, Skinner pretendeu distinguir estímulos e respostas inacessíveis a uma observação pública direta, daqueles estímulos e respostas (públicos) que são diretamente observáveis por qualquer um. O argumento skinneriano seguia com a proposição de que os termos psicológicos, enquanto respostas verbais, apresentavam a única particularidade de poderem estar sob controle de eventos de observabilidade restrita.

As proposições de Skinner têm levado analistas do comportamento a referir sentimentos, emoções, pensamentos e outros fenômenos como eventos privados. Anderson, Hawkins e Scotti (1997), por exemplo, fazem referência a “tipos de eventos privados” e a “quatro classes” (p. 161) de eventos privados. Essas classes incluem “emoções (afeto, sentimentos), pensamentos, percepções (visuais ou outras imagens) e estimulação interoceptiva e proprioceptiva” (p. 161). De fato, Skinner pretendia com o conceito de eventos privados colocar em discussão uma interpretação comportamental para os fenômenos referidos com os termos psicológicos, mas quando dizemos que cada um daqueles fenômenos constitui uma instância de eventos privados, estamos dando um passo adiante do que está posto no texto de 1945.

Na exposição original de Skinner (1945), o conceito de eventos privados implicava, primeiro, a noção de que eventos comportamentais são eventos do tipo estímulo e do tipo resposta; segundo, que os membros dessa classe de eventos comportamentais podem ser diferenciados quanto à observabilidade, podem ser públicos ou privados. Convém, então, enfatizar: o que pode ser público ou privado, acessível ou inacessível à observação pública direta, são estímulos e respostas, não fenômenos complexos, constituídos por relações comportamentais. Quando falamos, por exemplo, do comportamento de ler silenciosamente, dizemos que ele pode ser público ou privado, mas isso só será válido se por *comportamento* entendemos *resposta*. A resposta de ler silenciosamente pode ser privada; já o ler silenciosamente como relação comportamental não pode ser privado, pois ainda que a resposta seja inob-

servável estará sob controle de estímulos acessíveis à observação.

Sempre que nos ocupamos de um termo psicológico, estamos diante de uma resposta verbal, sob controle de estímulos específicos. Ou seja, estamos diante de uma relação comportamental verbal. Disso resulta que frente a perguntas sobre o caráter público ou privado do fenômeno não podemos responder de pronto. Por exemplo, o medo é público ou privado? “Medo”, enquanto resposta verbal sob controle de estímulos específicos não pode ser inteiramente privado, mas um estímulo privado (interoceptivo) pode ser constitutivo da relação que designamos de “medo”. Isto é, a resposta verbal “medo” pode estar parcialmente sob controle de uma estimulação privada.

Provavelmente, o que leva a que todos os termos psicológicos sejam considerados conectados ao problema da privacidade é que todos eles são respostas verbais sob controle de fenômenos dos quais participam respostas encobertas ou estímulos privados. Mais freqüentemente, no caso dos sentimentos e emoções (medo, alívio, angústia etc.), estamos diante de relações das quais participam estímulos privados; já para os fenômenos cognitivos (pensar, lembrar etc.), é mais provável que se trate de relações das quais participam respostas encobertas.

Desse ponto de vista, o conceito de eventos privados realmente é relevante para a análise de todos os fenômenos referidos com os termos psicológicos. Mas os fenômenos serão sempre mais do que eventos privados; isto é, serão mais do que apenas estímulos privados ou respostas encobertas. Quando, então, dizemos que emoções, sentimentos, crenças, fantasias etc. são instâncias de eventos privados, “evento privado” passou à condição de uma resposta verbal sob controle de uma ampla gama de fenômenos, muito diferentes uns dos outros em vários aspectos, inclusive e especialmente muito diferentes quanto ao grau de complexidade que encerram. O que há de comum entre eles? Simplesmente o fato de que deles participam uma resposta encoberta ou um estímulo privado.

Não seria o caso, então, de dizer que o conceito de evento privado está sendo “usado incorretamente”? Do presente ponto de vista, não. Pouco ou nenhum avanço seria alcançado com uma tentativa de prescrever regras de uso de um termo científico, a menos, é claro, que isso acontecesse sob a forma de proposição de uma diferenciação conceitual dos fenômenos que estão gerando a “confusão” (ou que constituem a base de sua “imprecisão”). Mesmo para a proposição de

uma diferenciação conceitual, há um problema anterior a ser enfrentado: a necessária identificação e diferenciação dos conjuntos de circunstâncias sob as quais o termo é usado.

No caso específico do conceito de eventos privados, o que se nota é que, a partir da década de 80 do século XX, os analistas do comportamento começam a se ocupar mais de fenômenos relacionados à privacidade, em grande medida impulsionados por demandas da terapia verbal. Nesse momento, aspectos importantes dos fenômenos referidos como emoções e cognições são colocados em discussão com o termo eventos privados, levando a controvérsias que não chegam a ser produtivas porque a diversidade de fenômenos abordados passa a requerer um tipo de diferenciação da qual nem sempre os interlocutores se ocupam. Em particular, uma disputa sobre a natureza e *status* causal de eventos privados é iniciada, sob controle de fenômenos muito diversos (cf. Friman, Hayes & Wilson, 1998; Overskeid, 1994). Eventos privados podem ou não podem ser tomados como causas de respostas abertas? Eventos privados podem ou não podem ser considerados *internos*? Eventos privados são ou não são subprodutos das contingências de reforço? Eventos privados são ou não são privados?! Além disso, como sentimentos, emoções etc. são considerados instâncias de eventos privados, o que puder ser dito sobre os mesmos passa a ser tomado como uma asserção sobre eventos privados. Nesse caso, eventos privados devem ou não devem ser um foco da intervenção clínica analítico-comportamental? Eventos privados informam ou não informam sobre a probabilidade de comportamento?

Nenhuma das perguntas acima pode ser eficientemente respondida sem que antes se tenha clareza do conjunto de fenômenos sob controle dos quais é formulada. O debate torna-se ineficaz quando a diversidade desse controle é ignorada². A fim de contribuir para a discussão, mesmo sem pretender esgotar as possibilidades de compreensão da variedade de usos do termo eventos privados, dois tipos de diferenciação das circunstâncias nas quais o termo é empregado são propostos na seção seguinte: uma diferenciação baseada no tipo de evento ou fenômeno e uma diferenciação baseada na complexidade do fenômeno.

Eventos privados e seleção por conseqüências³

Há pelo menos três tipos de eventos ou fenômenos sob controle dos quais os analistas do comportamento emitem a resposta verbal eventos privados: condições anátomo-fisiológicas, eventos constitutivos de rela-

ções comportamentais e relações comportamentais propriamente ditas (cf. Tourinho, 2006a).

Um organismo é produto, a cada momento, da história de sua espécie e de sua história ambiental. Não há dois organismos idênticos porque não há dois organismos que sejam produtos de histórias genéticas e ambientais idênticas. A história genética e ambiental produz, a cada instante, um organismo modificado sob dois pontos de vista: uma estrutura anátomo-fisiológica e probabilidades de respostas específicas. Nem sempre, quando analistas do comportamento fazem referências a eventos privados, estão sob controle dos produtos comportamentais da história genética e ambiental de um organismo. Muitas vezes, estão sob controle do que se passa de um ponto de vista anátomo-fisiológico quando respostas emocionais ou cognitivas são emitidas. Por exemplo, quando por vezes eventos privados são tratados como eventos internos, não são respostas ou relações comportamentais que estão sendo focalizadas, mas mudanças na fisiologia do organismo (*e.g.*, alterações no batimento cardíaco, na quantidade de neurotransmissores nas fendas sinápticas, na dilatação de vasos sanguíneos etc.).

Alterações desses e de outros tipos acontecem a todo momento ao longo das interações do indivíduo com o mundo a sua volta, e há razões especiais para que prestemos mais atenção nas mudanças anátomo-fisiológicas que ocorrem nos chamados “episódios emocionais”⁴. Para a presente discussão, no entanto, o importante é observar que quando estamos abordando essas condições não estamos ainda falando do fenômeno comportamental que pode definir sentimentos, emoções etc., mas de uma condição para esse fenômeno (afinal, nosso objeto é o comportamento *do organismo*). Por outro lado, como assinalado antes, essas condições são *um outro produto* da história genética e ambiental. São, nesse sentido, um subproduto da exposição do organismo a contingências de sobrevivência e contingências de reforço.

Assim, compreende-se quando um analista do comportamento (*e.g.*, Skinner, 1985) afirma que eventos privados podem ser vistos como produtos colaterais das contingências, ou quando sugere (*e.g.*, Skinner, 1953/1965) que eventos privados podem ser ignorados na intervenção comportamental. Compreende-se que, nessas circunstâncias, o analista do comportamento está sob controle daquelas condições anátomo-fisiológicas, que de fato constituem um outro produto da história genética e ambiental, isto é, não se confundem com o produto comportamental.

Na maioria das vezes, é sob controle de eventos que participam das relações comportamentais que o analista do comportamento fala de eventos privados. Afinal, *privado* desde o texto de Skinner (1945) sobre os termos psicológicos, é tido por sinônimo de *inacessível à observação pública direta*. E a inobservabilidade é uma propriedade não de condições anátomo-fisiológicas, mas de algumas instâncias de estímulos e respostas. Esses (estímulos e respostas) são os eventos que podem ter uma observabilidade restrita. É apenas sob controle desses eventos, portanto, que faz sentido falar de inobservabilidade. É claro que um evento não é em si mesmo um estímulo, mas apenas enquanto parte de uma relação comportamental, assim como uma ação do organismo não é uma resposta, senão no contexto de relações com variáveis ambientais. Mas relações comportamentais não são públicas ou privadas; estímulos e respostas é que podem ter esse *status*.

Relações comportamentais, que não são produtos colaterais de contingências, nem inteiramente inacessíveis à observação pública, por vezes constituem o tipo de fenômeno sob controle do qual falamos de eventos privados. Relações comportamentais são elas próprias relações de contingências e alguns de seus termos são necessariamente observáveis⁵. No entanto, quando os terapeutas analítico-comportamentais, por exemplo, sugerem que sentimentos são instâncias de eventos privados e devem ser objeto de análise e intervenção, freqüentemente é de relações comportamentais que estão falando.

É sempre difícil recorrer a exemplos para explicar conceitos que dizem respeito a fenômenos comportamentais humanos, porque na vida real esses fenômenos são em geral mais complexos do que podemos descrever em poucas palavras. Reconhecida essa limitação, porém, podemos ilustrar o uso do termo eventos privados sob controle de relações comportamentais considerando um sentimento como o de gratidão a um amigo. Esse sentimento pode significar uma relação na qual uma (ou várias) classe(s) de respostas (*e.g.*, agradecer, dar atenção, presentear etc.) encontra(m)-se sob controle de eventos antecedentes (*e.g.*, a presença do amigo, informações sobre necessidades do amigo) e conseqüentes (*e.g.*, satisfação do amigo, eliminação de um problema do amigo) relacionados ao amigo. Nesse caso, dizemos que o sentimento de gratidão é um evento privado? Alguns analistas do comportamento dirão que sim, e isso porque freqüentemente as relações descritas são acompanhadas por (ou estão entrelaçadas com) outras relações, das quais participam estímulos privados ou respostas encobertas.

Por exemplo, muitas vezes participam da gratidão, além das relações exemplificadas, outras relações, como respostas verbais do tipo “sou grato a esse amigo” sob controle parcial de alterações anátomo-fisiológicas correlacionadas com os eventos que compõem as primeiras relações. A própria auto-descrição pode entrar no controle de outras respostas dirigidas ao amigo etc..

Quando passamos para o terreno das relações comportamentais começamos a perceber que os fenômenos referidos como eventos privados, ou como sentimentos, emoções etc., podem ser muito complexos. Mais do que isso, notamos que qualquer desses fenômenos pode apresentar-se com graus variados de complexidade; pode ser constituído de poucas ou diversas relações comportamentais, não verbais ou verbais, freqüentemente ambas. Se essa complexidade é tão variável, então talvez não seja possível ao terapeuta, por exemplo, definir antecipadamente como um evento privado pode ou deve entrar em sua análise ou ser objeto de sua intervenção. Um modelo de análise da complexidade de eventos privados pode por essa razão constituir-se em recurso útil para o pesquisador e o profissional da Psicologia.

O modelo proposto (Tourinho, 2006a) para a análise da complexidade variável de eventos privados tem como base o modo causal de seleção por conseqüências discutido por Skinner (*e.g.*, 1981, 1990) e a proposição de Donahoe e Palmer (1994) acerca da complexidade como resultante de processos seletivos repetidos. De acordo com o selecionismo skinneriano, o comportamento humano é o produto conjunto de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais, às vezes mais o produto de uma(s) do que de outras. Considerando especificamente as circunstâncias em que relações comportamentais constituem o objeto de análise na discussão de eventos privados, podemos estar diante de fenômenos que se definem como relações produzidas por um ou mais tipos de variáveis, e cujos termos têm ou não funções diversas para relações adicionais (*e.g.*, em uma relação na qual temos a resposta verbal “estou feliz”, esse evento pode ter função discriminativa para outras respostas). Essa perspectiva dá origem à proposição de um *continuum* de complexidade, descrito do seguinte modo:

A complexidade dos fenômenos comportamentais humanos relacionados à privacidade pode ser tratada como função de processos seletivos repetidos envolvendo a participação de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais. (...) um *continuum* de com-

plexidade pode ser derivado dessa perspectiva. Em uma extremidade desse *continuum*, os fenômenos comportamentais estariam limitados por relações filogenéticas, o que inclui respostas sob controle de eventos que adquiriram função de estímulo na história filogenética humana. É claro que esse é um zero ideal do nosso *continuum*, pois nenhuma relação pode ser realmente interpretada como produto unicamente da filogênese (...)

Na outra extremidade do *continuum*, temos fenômenos comportamentais constituído de relações entrelaçadas, resultantes de variáveis filogenéticas, ontogenéticas e culturais. A maior complexidade decorre, aqui, não apenas de processos seletivos repetidos, mas também dos tipos de variáveis envolvidas no controle, especialmente da participação de contingências verbais que tornam possíveis novas relações entrelaçadas. (Tourinho, 2006a, p. 24-25)

Alguns esclarecimentos são necessários acerca dessa proposição. Primeiro, o *continuum* proposto não é constituído apenas por três pontos, mas por três segmentos, ao longo dos quais encontramos diferentes graus de complexidade, definidos pelo número e entrelaçamento de relações que constituem o fenômeno analisado. Segundo, ele está baseado em uma noção de *inclusividade*, o que significa que na medida em que avançamos no nível de determinação, o fenômeno *inclui* relações do níveis anteriores. Isto é, todos os fenômenos têm componentes filogenéticos, alguns apresentam *também* componentes ontogenéticos, outros revelarão componentes dos três níveis. Por último, a noção de entrelaçamento aqui significa basicamente que termos de uma relação adquirem funções para outras relações (quando algumas das relações são verbais, o que freqüentemente acontece, esse entrelaçamento revela outras dimensões que requerem uma análise própria).

Podemos, agora, examinar um sentimento, com o fim de exemplificar sua complexidade variável. Tourinho (2006a) provê essa ilustração com uma análise do sentimento de medo. De acordo com a discussão oferecida nos parágrafos anteriores sobre os usos do conceito de eventos privados, “medo” em muitas circunstâncias constitui uma instância de evento privado. Portanto, com o exemplo transcrito adiante, estamos interpretando a diversidade e complexidade variável dos fenômenos sob controle dos quais falamos de medo e, também, de eventos privados.

“Medo” é uma resposta verbal emitida sob controle de conjuntos mais ou menos complexos de relações. Considere-se o exemplo do medo de uma criança em

relação a seu (sua) professor(a). O medo da criança pode limitar-se a um conjunto de respostas fisiológicas condicionadas (e.g., aceleração do batimento cardíaco), eliciadas pela presença do(a) professor(a). Na medida em que a criança é exposta a contingências operantes aversivas, dispostas pelo(a) professor(a) (e.g., críticas e ameaças contingentes a sua participação em atividades em sala), ela pode aprender a fugir ou evitar a presença do professor (e.g., “adoecendo” nos dias de aula, machucando um colega para ser retirado de sala, pedindo aos pais para ser levada para casa etc.). A criança pode, também, aprender (quando exposta a contingências sociais apropriadas) a observar o próprio corpo e a descrever-se com medo. A criança pode, ainda, aprender, por meio de processos verbais, que as pessoas que sentem medo de professores são pouco inteligentes e que é uma vergonha ser pouco inteligente. Em todas essas circunstâncias, vemos instâncias de medo, mas essas instâncias claramente são fenômenos que claramente diferem em complexidade. Em todas as circunstâncias respostas encobertas [ou] estímulos privados estão envolvidos, e isso torna o medo uma instância de eventos privados. (p. 27)

O enfoque aqui desenvolvido pode ser articulado a um conjunto bastante variado de problemas⁶, incluindo os modelos de intervenção na clínica comportamental. Se eventos privados podem ser relações comportamentais, dificilmente fará sentido não analisá-los nas situações de intervenção. Terapeutas analítico-comportamentais cada vez mais reconhecem isso e, em grande parte, são responsáveis por uma atenção maior ao assunto nos últimos anos. Por outro lado, se as relações comportamentais que definem instâncias de eventos privados podem ser tão variadas quanto à complexidade, o modo de focalizá-las e de intervir irá requerer abordagens diversas. Não se trata mais de apenas indagar o cliente acerca de suas emoções, para daí tirar informações sobre sua história ambiental. Tourinho (2006a) sugere que

as diferenças quanto à complexidade são tão relevantes que elas recomendam abordagens igualmente distintas para lidar em termos práticos com o medo de uma pessoa. Mudar as contingências de ensino pode constituir uma intervenção suficiente para uma instância de medo menos complexa, enquanto a terapia verbal pode ser uma intervenção necessária para uma instância de medo que inclua as relações verbais mencionadas. (p. 27)

Um aspecto distintivo das intervenções psicológicas de orientação analítico-comportamental é que elas

se voltam para relações comportamentais, e não para o que se passa *no indivíduo*. Mas eventos privados não são propriamente ocorrências *no indivíduo*. Apenas em uma circunstância particular (quando o aparato anátomo-fisiológico constitui a condição sob a qual a resposta “evento privado” é emitida – e.g., quando se diz que eventos privados são produtos colaterais de contingências) é possível dizer que um enunciado sobre eventos privados é um enunciado sobre ocorrências *do* ou *no* indivíduo. Na maioria das vezes, quando falamos de eventos privados, assim como quando falamos de qualquer emoção ou sentimento, a resposta verbal está sob controle de relações comportamentais, que não serão menos importantes do que quaisquer outras relações, quando se trata de descrever e intervir frente a uma demanda comportamental qualquer. Quando essas relações comportamentais incluem autodescrições, o fenômeno alcança um grau de complexidade que precisa ser adequadamente analisado. Friman e cols. (1998) assinalam o que isso significa em termos de um desenvolvimento em relação às interpretações skinnerianas.

Uma pessoa com transtorno de pânico não evita simplesmente locais públicos; ele ou ela evita todo um conjunto de comportamentos privados associados com aqueles lugares. A alegação de Skinner de que a emoção e o comportamento aberto são controlados pelos mesmos eventos está, portanto, incorreta, ou pelo menos incompleta. Um entendimento mais completo requer uma análise das complexas contingências verbais que estão envolvidas na disposição humana para categorizar eventos arbitrários (e.g., um coração agitado) como emoções negativas e responder de modo correspondente (“Estou em pânico, tenho que sair”). Uma análise das contingências diretas poderia revelar a base para a esquiva de uma pessoa de lugares públicos, mas não explica prontamente a esquiva de seus pensamentos e sentimentos sobre esses lugares. (p. 149)

Nesses casos, no lugar de simplesmente julgar que as autodescrições podem ser imprecisas (no sentido de não estarem precisamente sob controle de uma estimulação privada qualquer), será necessário examinar as *funções* que adquirem, como vêm sugerindo as pesquisas sobre relações entre estímulos (cf. Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

CONCLUSÃO

Alguns dos problemas de que os sistemas explicativos em Psicologia se ocupam requerem respostas empíricas, outros requerem respostas conceituais. A proposição do conceito de eventos privados significou, para o sistema skinneriano, um passo importante na direção do tratamento de questões até então ignoradas ou insuficientemente elaboradas no âmbito de abordagens comportamentais. Mas seus usos atuais têm revelado novos problemas. Muitas das controvérsias correntes sobre eventos privados adquirem outras feições quando simplesmente se restabelece a idéia de que “eventos privados”, como qualquer outro conceito científico, não é mais do que uma resposta verbal. E como assinalava Skinner (1945), uma adequada compreensão dos conceitos científicos é alcançada quando se especificam as contingências das quais esses conceitos, como respostas verbais, são função.

A análise apresentada ao longo deste trabalho constitui uma tentativa de explicitar algumas das variáveis que têm controlado afirmações de analistas do comportamento sobre eventos privados. Ao explicitar essas variáveis, ao esclarecer o que está na base dos diferentes usos do conceito, a análise pode contribuir para equacionar algumas controvérsias no plano teórico-conceitual, ou para sugerir diferenciações adicionais possíveis dos fenômenos investigados. Pode contribuir, ainda, para uma melhor apreciação do lugar das referências a sentimentos e emoções nos modelos de intervenção de base analítico-comportamental.

É necessário reconhecer, porém, que a explicitação das condições diversas sob as quais usamos o conceito de eventos privados não encerra, ao contrário, mostra um possível ponto de partida para a discussão da adequação e/ou suficiência do conceito de eventos privados para a abordagem dos problemas a que remetem os “termos psicológicos”. Podemos admitir que, com o conceito de eventos privados, a análise do comportamento deu um passo importante, ressaltando a particularidade de estímulos privados e respostas encobertas e sua importância em fenômenos referidos com aqueles termos. Todavia, nosso avanço talvez se limite a essa especificação, se usamos o conceito de eventos privados com a mesma amplitude semântica com que, na linguagem coloquial, usamos os conceitos emocionais. Nesse caso, avanços adicionais dependem, mais do que pode parecer à primeira vista, da construção de uma referência conceitual mais refinada.

REFERÊNCIAS

- Anderson, C. M., Hawkins, R. P., & Scotti, J. R. (1997). Private events in behavior analysis: Conceptual basis and clinical relevance. *Behavior Therapy*, 28, 157-179.
- Barros, L. A. (2006). Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e Cultura*, 58(2), 22-26.
- Biderman, M. T. C. (2006). O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura*, 58(2), 35-37.
- Donahoe, J. W., & Palmer, D. C. (1994). *Learning and complex behavior*. Boston/London: Allyn and Bacon.
- Friman, P. C., Hayes, S. C., & Wilson, K. G. (1998). Why behavior analysts should study emotion: The example of anxiety. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 31, 137-156.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers.
- Hayes S. C., & Hayes, L. J. (1992). Some clinical implications of contextualistic behaviorism: The example of cognition. *Behavior Therapy*, 23, 225-249.
- Krieger, M. G. (2006). Terminologia técnico-científica: Políticas linguísticas e Mercosul. *Ciência e Cultura*, 58(2), 45-48.
- Kuhn, T. S. (1978). *A estrutura das revoluções científicas*. (B. V. Boeira & N. Boeira, Trad.). São Paulo: Perspectiva. (Original publicado em 1962)
- Overskeid, G. (1994). Private events and other causes of behavior: Who can tell the difference? *Psychological Record*, 44, 35-43.
- Ribes-Iñesta, E. (2004). Behavior is abstraction, not ostension: Conceptual and historical remarks on the nature of psychology. *Behavior and Philosophy*, 32, 55-68.
- Ryle, G. (1996). *The concept of mind*. Chicago: The University of Chicago Press. (Original publicado em 1949)
- Skinner, B. F. (1945). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review*, 52, 270-277/291-294.
- Skinner, B. F. (1953/1965). *Science and human behavior*. New York/London: Free Press/Collier MacMillan. (Original publicado em 1953)
- Skinner, B. F. (1977). Why I am not a cognitive psychologist. *Behaviorism*, 5(2), 1-10.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213, 501-504.
- Skinner, B. F. (1985). Cognitive science and behaviourism. *British Journal of Psychology*, 76, 291-301.
- Skinner, B. F. (1990). Can psychology be a science of mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.
- Skinner, B. F. (1991). *The behavior of organisms*. Acton, MA: Copley. (Original publicado em 1938).
- Skinner, B. F. (1992). *Verbal behavior*. Acton, MA: Copley. (Original publicado em 1957)
- Tourinho, E. Z. (2006a). Private stimuli, covert responses and private events: Conceptual remarks. *The Behavior Analyst*, 29, 13-31.
- Tourinho, E. Z. (2006b). *Subjetividade e relações comportamentais*. Tese (Professor Titular) não-publicada, Departamento de Psicologia Experimental, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Wittgenstein, L. (1988). *Philosophical investigations* (3ª ed.) (G.

E. M. Anscombe, Trad.). Oxford: Basil Blackwell. (Original publicado em 1953)

Recebido: 22/10/2006

Revisado: 10/05/2007

Aceito: 09/06/2007

Notas:

- ¹ Trabalho parcialmente financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processos 305743/2004-0 e 470802/2004-9). Agradeço a Simone Neno e Carlos Souza pelos comentários a uma versão preliminar do texto.
- ² Uma abordagem diferente, mas compatível, para a diversidade dos usos dos conceitos emocionais é aquela oferecida por Ryle (1949/1996), especialmente sua discussão acerca de “ocorrências” e “disposições”.
- ³ Esta seção reproduz parcialmente uma argumentação desenvolvida em um trabalho anterior (Tourinho, 2006a), com o intuito de ilustrar a questão do uso de conceitos científicos na análise do comportamento e, ainda, difundir para uma audiência menos especializada o estágio de reflexão sobre a proposta skinneriana de interpretação de sentimentos e conginições com o conceito de eventos privados.
- ⁴ As variáveis que explicam a importância que as condições anátomo-fisiológicas assumem nessas circunstâncias são de natureza histórico-social. Um exame dessas variáveis pode ser encontrado em Tourinho (2006b), onde é discutida também a relação entre a atenção dirigida a essas condições e a noção de interioridade da experiência subjetiva.
- ⁵ Em circunstâncias especiais talvez se possa falar de relações comportamentais inteiramente inobserváveis (por exemplo, quando consideramos relações passadas), mas, nesses casos, trata-se de uma inobservabilidade de outra ordem, que não se confunde com o problema tratado aqui. Para uma discussão das condições de inobservabilidade de estímulos e respostas quando estão sob análise sentimentos, emoções, cognições etc., ver Tourinho (2006a).
- ⁶ Alguns problemas são examinados em Tourinho (2006b): as relações entre linguagem e sentimentos, a variabilidade de emoções e sentimentos entre culturas, as diferenças entre emoções e sentimentos e o *status* da fisiologia na definição de sentimentos e emoções.

Sobre o autor:

Emmanuel Zagury Tourinho. Doutor em Psicologia pela USP. Professor Titular da Faculdade de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Teoria e Pesquisa do Comportamento, Universidade Federal do Pará.

Endereço para correspondência: tourinho@amazon.com.br
